

## A imprensa e o ensino de língua materna no Brasil: imagens do professor

Adriana Seabra<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo procura analisar algumas das imagens discursivas com as quais, por ocasião da polêmica em torno do livro didático *Por uma vida melhor*, a imprensa brasileira caracterizou o professor de português da educação básica. O *corpus* consiste de textos opinativos publicados dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo em maio de 2011. Dada a configuração polêmica do espaço discursivo, as representações polarizaram-se. De um lado, projetou-se uma imagem do professor ideal, aquele que “corrige os erros”, passando-os pelo crivo da gramática normativa. De outro, um imaginário disfórico sobre o professor real, que ao “admitir” na sala de aula a heterogeneidade linguística dos alunos, estaria “aceitando” preguiçosamente “o erro” e “cultuando a ignorância”.

**Palavras Chave:** Ensino de Língua Portuguesa; Análise do Discurso; Imagens do professor.

**Abstract:** The article analyzes some of the discursive images with which, in the controversy surrounding the textbook, *Por uma vida melhor*, the Brazilian press portrayed the Portuguese language teacher of basic education. The *corpus* is made up of opinion statements published by the Folha de S. Paulo and O Estado de S. Paulo newspapers in May 2011. Given the polemical setup of the discursive space, the representations polarized. On the one hand, an image of the ideal teacher, who "corrects the errors" of the students, passing them through the sieve of normative grammar. On the other hand, a dysphoric imaginary about the real teacher, who, by "admitting" in the classroom the linguistic heterogeneity of the students, would be lazily "accepting error" and "worshiping ignorance."

**Keywords:** Portuguese Language Teaching; Discourse analysis; Images of the Portuguese language teacher.

### Introdução

Em maio de 2011, a imprensa brasileira atacou veementemente certo livro didático destinado à Educação de Jovens e Adultos (EJA), sob a alegação de que ele ensinava português errado. Linguistas, professores universitários e professores do ensino básico reagiram à provocação da mídia, aceitando o convite para um “debate” sobre o ensino de Língua Portuguesa que se estendeu nos jornais por mais de um mês.

A polêmica dizia respeito ao ensino de língua materna, que a grande imprensa concebe pelo viés da prescrição gramatical, por isso, os textos que os jornais produziram sobre o assunto trataram não apenas da língua que a escola deveria ensinar, mas também do professor que se incumbiria da tarefa – qual haveria de ser sua formação, seu conteúdo, sua conduta didática. As representações polarizaram-se, diametralmente opostas. De um lado, uma imagem do professor ideal: aquele que “corrige os erros” dos alunos, passando-os pelo crivo da gramática normativa; de outro, um imaginário disfórico projetado sobre o professor real, que ao “admitir” na sala de aula a língua viva dos alunos, em toda sua heterogeneidade, estaria “aceitando” passivamente “o erro” e “cultuando a ignorância”.

Procuraremos, aqui, interpretar algumas das imagens com as quais, durante esse episódio, dois jornais de grande circulação caracterizaram o professor de português da educação básica. Seleccionamos, pois, para análise, artigos de colunistas e editoriais publicados dos jornais Folha de S. Paulo (FSP) e O Estado de S. Paulo (OESP), em maio de 2011.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela FE-USP (2016). Professora de Língua Portuguesa na Escola DIEESE de Ciências do Trabalho.

## Semântica elementar da polêmica

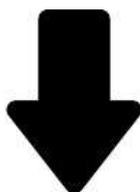
Denominemos o polo *ativo* da polêmica, de onde enunciam os jornais, de DNP (Discurso Normativo-Prescritivista) e o polo oposto, *passivo*, onde os jornais situam professores e linguistas, de DEP (Discurso do Ensino Plural), (SEABRA, 2016). Os dois discursos discordam quanto ao que seja o ensino de Língua Portuguesa, em decorrência de compreenderem, cada um, a /língua/ de maneira diferente.

Quando o DNP diz “língua” aciona um conjunto significativo, isto é, uma coleção de traços sêmicos, que refrata, ou “distorce”, os sentidos dados a /língua/ pelo DEP. Apesar de /língua/ conservar, em ambos os discursos, um núcleo sêmico comum, que é /meio de comunicação/, o DNP acrescenta a esse conteúdo semas contextuais que qualificam o núcleo sêmico como /único/, /puro/, /correto/, /invariável/, /estável/, /superior/, /eterno/, reduzindo o sentido de língua ao de Norma Ideal.

O DEP, por seu turno, acrescentaria ao núcleo /meio de comunicação/ semas como /múltiplo/, /heterogêneo/, /mais ou menos adequado/, /variável/ e /mutável/, compreendendo a língua como um multissistema que *inclui*, entre várias normas, a(s) norma(s) urbana(s) cultas(s) e as variantes populares.

O DNP opera a categoria semântica /língua/ a partir de semas disjuntos, *norma/variantes*, e projeta sobre essa oposição semas tímicos, euforia/disforia, de modo a produzir uma axiologia: os semas relacionados a /norma/ são valores positivos (eufóricos) e os atribuídos às /variantes/ são valores negativos (disfóricos). Eis a operação sintática elementar do DNP:

LÍNGUA



NORMA (+) Vs. VARIANTES (-)

Diagrama 1 – Operação sintática elementar do DNP

O DEP, por sua vez, não disjunge a categoria, considerando a língua como um todo complexo de que participam a /norma/ e as /variantes/ e evitando a polarização de valores tímicos.

O DEP procura apresentar-se como um discurso inclusivo, tolerante, plural; engloba a /norma/ no todo heterogêneo que constitui a /língua/ e a declara parte relevante (senão principal) do objeto de ensino. Por isso, seu esqueleto semântico se constitui de modo a evitar a disjunção e a polarização das categorias sêmicas; é uma estratégia para incluir os termos do discurso oponente (neste caso, os termos dicotômicos do DNP) sem, no entanto, adotar sua axiologia. “Há discursos cuja semântica exige crucialmente a pluralidade dos discursos, e outros que só podem funcionar reivindicando o monopólio da legitimidade” (MAINGUENAU, 2008, p. 106). Assim, o DEP opõe-se não só à substância, como também à forma do conteúdo do DNP: em lugar de conceber o sentido como resultante de uma estrutura polarizada, propõe que ele se constitua num *continuum* de oposições graduais. Trata-se de uma escala, um gradiente, que relaciona os dois termos, /norma/ e /variantes/, no todo complexo /língua/, em razão inversamente proporcional. O seguinte diagrama ilustra a operação sintática elementar do DEP:

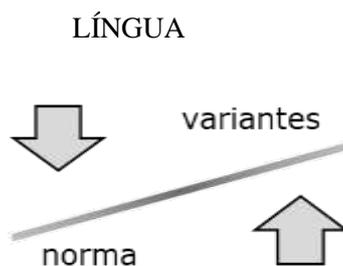


Diagrama 2 – Operação sintática elementar do DEP

O empenho do DEP em mostrar-se complexo é seu modo de censurar o maniqueísmo do DNP, cristalizado na forma semântica dicotômica, mas é também uma estratégia para recusar as “provocações” do DNP e evitar a polêmica, pois que a expressão desta depende da polarização do discurso: para que a polêmica se manifeste, é preciso *que se percebam* os dois discursos em interação como descontínuos, opostos e, sobretudo, incompatíveis.

Quando, porém, o DEP coloca-se como polo ativo na relação interdiscursiva, para produzir simulacros discursivos do DNP, ele pode chegar a polarizar-se, estabelecendo novas oposições categóricas nas quais seus semas elementares complexos, formados a partir da junção e harmonização de semas polares do DNP, passam a figurar como polo positivo. A partir deste, o polo negativo institui-se por contrariedade, gerando semas destinados a traduzir os semas positivos do DNP.

O diagrama abaixo apresenta a coleção de semas que caracterizam a semântica elementar de cada um dos discursos:

Discurso Normativo Prescritivista (DNP) TERMOS CONTRÁRIOS (eufórico) + / - (disfórico)	Discurso do Ensino Plural (DEP) TERMO COMPLEXO
NORMA/VARIAÇÕES	LÍNGUA
UNIDADE/MULTIPLICIDADE	VARIAÇÃO
PUREZA/MISTURA	HETEROGENEIDADE
SUPERIORIDADE/INFERIORIDADE	HORIZONTALIDADE
CORREÇÃO/ERRO CLAREZA/OBSCURIDADE PRECISÃO/IMPRECISÃO	ADEQUAÇÃO
ORDEM/CAOS	REGULARIDADE
ESTABILIDADE/INSTABILIDADE DURABILIDADE/TRANSITORIEDADE EVOLUÇÃO/DEGRADAÇÃO	MUDANÇA

Diagrama 3 – Semântica elementar da polêmica midiática a respeito do ensino de Língua Portuguesa

### Professores e linguistas “alinhados”

Poder-se-ia questionar nosso intento de depreender da polêmica a respeito do livro *Por uma vida melhor* (RAMOS, 2011) um imaginário disfórico sobre o professor de português com o argumento de que os destinatários das invectivas de OESP e FSP, figurativizados nos textos opinativos desses jornais, seus “doidivasas”, seus “assassinos da língua”, não são os docentes da educação básica, mas os professores-

pesquisadores universitários, pois são esses que difundem as teorias linguísticas influentes na produção de livros didáticos. A peleja é antiga e recorrente. A oposição dos consultores gramaticais da imprensa paulistana ao ensino descritivo e ao influxo de princípios de linguística geral na educação básica remonta aos anos 1940 (MARCONDES, 2008), não muito tempo depois de a licenciatura em Letras ter-se inaugurado na Universidade de São Paulo. O consultório gramatical da FSP, assinado por Pasquale Cipro Neto, caracteriza a polêmica de maio de 2011 como uma nova edição desse combate:

(FSP6) Definitivamente, não se pode dizer que o livro “ensina errado”. O cerne da questão é outro. O que expliquei sobre o exemplo do livro é assunto da Linguística, que, grosso modo, pode ser definida como “estudo da linguagem e dos princípios gerais de funcionamento e evolução das línguas” (“Aulete”). A Linguística não discute como deve ser; discute como é, como funciona. *O que parece cabível discutir é se princípios de linguística devem ser abordados num livro que não se destina a alunos de letras, em que a linguística é disciplina essencial. Esse é o verdadeiro debate.*

A reprovação, todavia, volta-se também contra os professores da educação básica. Conforme o imaginário construído nos textos de opinião dos jornais, esses professores compartilham os pressupostos “ideológicos” do didático *Por uma vida melhor*, “adotam” ou “aceitam” as teses sobre ensino de língua materna difundidas na universidade e as reproduzem na educação básica.

As sequências discursivas abaixo transcritas dão testemunho de que a censura feita pelos jornais se destina a linguistas, mas também a professores:

(FSP1) Em tese, os professores são pagos – mal pagos, é verdade – para ensinar o certo. Mas, se aceitam o errado, como agora avaliza o MEC, o baixo salário está justificado. O professor perde a razão de reclamar porque não está cumprindo o seu papel, não está trabalhando direito e quem não trabalha direito não merece boa paga.

(FSP5) Artistas podem e devem fugir da norma. Já os professores e linguistas têm de aderir a ela, como meros funcionários da língua que são.

(FSP7) Não li o tal livro, não quero julgá-lo a priori. Creio, porém, que quem fala errado vai à escola para aprender a falar certo, mas, se para o professor o errado está certo, não há o que aprender.

(OESP1) Não é bem assim – é o que estão dizendo professores e linguistas alinhados na tese de que não há o certo e o errado no uso da língua. Há apenas o adequado e o inadequado.

(OESP1) Nossos professores, educadores e linguistas deveriam concentrar seus esforços num tema: como ensinar a língua culta para todos os alunos das escolas públicas e rapidamente.

(OESP7) As críticas, como era de esperar, partiram de professores e linguistas alinhados na tese de que não há o certo e o errado no uso da língua. Haveria apenas o adequado e o inadequado.

(OESP7) [...] essa “linguística ideológica” é uma das causas do péssimo ensino de língua, especialmente nas escolas públicas. Em muitas faculdades de Letras e de Educação, professores, alunos e linguistas se concentram muito mais nessas teorias da língua do que nos métodos de ensinar Português.

## A norma padrão ambulante

De todas as operações semânticas que postulamos como fundamentais para a produção de simulacros do Discurso do Ensino Plural (DEP) pelo Discurso Normativo Prescritivista (DNP), a mais frequente nos textos opinativos dos jornais é a que se estabelece entre *correção/erro* e *adequação*. As sequências textuais transcritas na seção acima mostram que o termo complexo do DEP /adequação/ é traduzido por *correção/erro* e reduzido, pelo DNP, ao sema disfórico /erro/, pois, para o DNP, a norma gramatical não tem matiz nem gradação, é um valor absoluto, que não se pode relativizar. Assim, segundo o DNP, considerar que a correção no uso da língua e a eficácia da comunicação dependam não da norma ideal, como valor absoluto, mas da escolha das variedades da língua mais adequadas a cada situação de uso, é “defender o erro de gramática”. Segundo esse discurso, os professores “aceitam o errado”, para eles “o errado está certo” ou “não há o certo e o errado. Há apenas o adequado e o inadequado” no uso da língua, simulacro que se produz sob as regras que determinam a incompreensão recíproca dos dois discursos em interação.

O oxímoro “o errado está certo” ilustra exemplarmente a incompreensão do DEP pelo DNP. Este representa aquele como seu avesso: entende que seu próprio termo disfórico “errado” é euforizado pelo DEP, “está certo”, mas certo/errado são categorias estranhas ao DEP, elas distorcem, porque cindem e polarizam, sua categoria gradual /adequação/.

“Não há o certo e o errado. Há apenas o adequado e o inadequado”. Esse enunciado simula reconhecer a diferença entre os dois discursos (distingue as categorias do DNP, “certo/errado”, das categorias do DEP, “adequado/inadequado”), mas a recepção do discurso do Outro está ainda filtrada pelas categorias do Mesmo, de modo que não se dá a conhecer o DEP enquanto outro, mas, novamente, como inversão daquele que o lê e traduz. Para o DEP, “adequação” não é o polo positivo de uma oposição categórica, cujo polo negativo seja “inadequação”, mas um termo complexo, que se manifesta no *continuum* entre o mais e o menos adequado. Quando o DEP se polariza é por efeito da polêmica discursiva, sua polarização é responsiva aos ataques do DNP e acarreta-lhe uma perda de identidade semântica, uma submissão aos termos de seu oponente.

A compreensão que o DNP tem do DEP está filtrada, também, pelos semas eufóricos /superioridade/ e /unidade/, que se manifestam nas oposições entre (+) alta e (-) baixa cultura, (+) erudição e (-) conhecimento comum, (+) civilização e (-) barbárie. O DNP considera que a norma-padrão é a “língua de cultura”, a única digna dessa qualificação; as demais variedades sincrônicas, dialetais ou socioletais, seriam manifestações de carências: falta de refinamento na expressão, incapacidade de abstração, déficit cognitivo.

(OESP1) Vamos falar francamente: uma pessoa que se expressa mal, que conhece poucas palavras e poucas construções, é uma pessoa que pensa mal, que compreende pouco.

(OESP3) [...] “Não tem de se fazer livros com erros. O professor pode falar na sala de aula que temos outra linguagem, a popular. Os livros servem para os alunos aprenderem o conhecimento erudito”, diz a professora Míriam Paura, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ. [...]

Isso dá a medida da falta de rigor do processo de escolha, que “desperdiça dinheiro público com material que emburrece, em vez de instruir”, como diz a procuradora da República Janice Ascari. [...]

O professor, se não cumpre a função de substituir, no aluno, a modalidade “baixa” de língua pela “alta”, é caracterizado pelo DNP como um burro, um ignorante ou como um “cultor da ignorância”:

(FSP4) Nada mais representativo da burrice do que essa teoria do falar errado.

(OESP3) [...] Com isso, embora tenha por diversas vezes prometido melhorar a qualidade do ensino fundamental, Haddad, paradoxalmente, endossou a pedagogia da ignorância. [...] Além disso, o livro do MEC que admite erro de português não é uma obra de linguística, mas uma publicação pedagógica. Não foi escrito para linguistas, mas para quem precisa de um bom professor de português para ler, falar e escrever de modo correto - condição básica para que se possa emancipar culturalmente. [...]

(OESP4) [...] O sentimento que inspira os cultores da ignorância só pode ser o de que para melhorar a autoestima e ter uma vida melhor a população menos alfabetizada pode escrever como fala. Como se a gramática normativa devesse ser arquivada para dar lugar à gramática descritiva. Sob essa abordagem, sorver a sopa fazendo barulho, à moda dos nossos bisavós, também poderia ser recomendável... [...]

A sequência textual OESP3, acima transcrita, exclui a linguística do domínio pedagógico (*não é uma obra de linguística, mas uma publicação pedagógica*), assumindo o pressuposto de que na escola a língua não é um objeto de investigação, mas um saber da ordem da adequação social, um código comportamental a que o estudante deveria obedecer para portar-se correta e elegantemente (*ler, falar e escrever de modo correto*), opinião que OESP4 confirma ao tratar o uso da língua como análogo dos bons modos à mesa. Mas o que nos interessa especialmente nas sequências acima transcritas é que há ali, contraposta à imagem disfórica do professor, que substituiria a gramática normativa pela descritiva, uma imagem do bom professor: é aquele que ensina o “modo correto”.

O professor de português ideal, para a imprensa, seria o modelo vivo de uma língua que, na realidade, não existe. Falaria como um autômato programado pelo compêndio de gramática e disporia do léxico de um Houaiss inteiro. Essa *norma-padrão ambulante*, porém, não é uma figura forjada nos jornais, é uma expectativa de senso comum quanto ao que seja um bom professor de português; um estereótipo que o discurso da mídia, no interesse de seu próprio conservadorismo linguístico, reproduz e redistribui<sup>2</sup>.

Num dos poucos artigos do *corpus* cujo posicionamento diverge da orientação normativo-prescritiva dos jornais<sup>3</sup>, Rubem Alves aborda indiretamente a polêmica a respeito de *Por uma vida melhor*, contando causos sobre sua relação, como escritor, com os revisores gramaticais que lhe corrigiam os textos, higienizando e esterilizando sua língua literária:

---

<sup>2</sup> Charaudeau (2006) baseia-se em casos como esse para afirmar que a mídia não forma opiniões ou, pelo menos, não as forma *ex nihilo*. Ela se apropria, segundo suas conveniências, de opiniões, crenças e juízos de valor já circulantes no espaço público, então os alimenta e os faz crescer.

<sup>3</sup> Dos 10 textos de tipo opinativo que recolhemos da FSP, só 3 divergiam da orientação Normativo-Prescritiva da imprensa, e um deles (FSP2) foi publicado no site, mas não no papel. Dos 10 selecionados de OESP, apenas 2 divergiam.

(FSP8) Revisores são seres invisíveis que se valem de jornais e editoras para corrigir os deslizes dos escritores. Porque os escritores, frequentemente, desrespeitam as leis fundamentais da gramática.

No final desse texto, o articulista inverte o valor que a opinião comum, interpelada pelo normativismo, atribui ao estereótipo do professor de português:

(FSP8) Outro revisor ficou horrorizado com a fala de um ignorante chamado Riobaldo. Era português errado, horrível. Tratou de corrigi-la, e o Riobaldo ficou falando como se fosse uma professora de português. Ainda bem que, nesse caso, não confiei no revisor e não perdi o livro.

A gramática “correta” não cabe na voz do jagunço, é inverossímil, incompatível com os ingredientes históricos, geográficos e sociais da variedade de língua que lhe seria pertinente. A Gramática Escolar da professora ideal não caberia na voz de nenhuma personagem verossímil, mas a distância entre o ideal encarnado na “professora de português”, e a fala do jagunço é muito maior do que se a personagem representada fosse, não um sujeito de origem rural, mas um profissional liberal habitante da cidade grande. Não se trata apenas de divergências fonético-fonológicas ou morfossintáticas, há também diferenças lexicais, pragmáticas e estilísticas, que estão em relação de interdependência com diferentes práticas, hábitos e referentes culturais.

O caso contado por Rubem Alves sugere que, quando o DNP entende a correção gramatical como condição “básica” para que alguém “se possa emancipar culturalmente”, está imaginando a situação desse alguém, que não é falante nativo de uma variedade prestigiada da língua, como a de um dependente cultural; pertencente a uma cultura inferior, ou, simplesmente, desprovido de cultura. Estamos diante da “ideologia da deficiência cultural” (SOARES, 2006, p. 11 *passim*) segundo a qual o fracasso escolar se deve à privação cultural das classes populares, cuja “prole” crescerá em contextos pouco favoráveis ao desenvolvimento cognitivo. “Os estímulos verbais são precários e desorganizados; a mãe não conversa com a criança nem lê para ela, o estilo de comunicação não propicia a reflexão e a abstração” (SOARES, 2006, p. 21). Tais circunstâncias acarretariam um déficit linguístico que impediria o sucesso na escola, uma vez que todo o aprendizado escolar é mediado pela linguagem verbal e, principalmente, pelo texto escrito. “O sistema escolar ocidental é totalmente verbal. O lugar dos textos escritos, da escrita e do letramento sempre foi central e, em alguns contextos, “letrado” e “culto” são sinônimos” (STUBBS, 2002, p. 100-101). Noções como deficiência cultural e linguística, porém, são inconsistentes do ponto de vista das ciências humanas. Não há culturas ou línguas mais ou menos complexas do que outras; diferentes línguas e culturas são, tão somente, *diferentes*, porque produzidas por diferentes formações sociais, que nelas se refletem:

Do ponto de vista linguístico, ou sociolinguístico, o conceito de “deficiência linguística” é um desses estereótipos, resultado de um preconceito, próprio de sociedades estratificadas em classes, segundo o qual é “superior”, “melhor”, o dialeto das classes socialmente privilegiadas; na verdade, essa “superioridade” não se deve a razões linguísticas ou a propriedades inerentes a esse dialeto, mas a razões sociais: o prestígio de que essas classes gozam, na estrutura social, é estendido a todos os seus comportamentos, sobretudo a seu dialeto. (SOARES, 2006, p. 41)

## “Ignorantes” e “cultores da ignorância”

Se estendermos o raciocínio que leva à caracterização do aluno das classes populares como um “deficiente cultural e linguístico” à imagem de “ignorante” que os jornais fazem do professor de português, oriundo dessas mesmas classes, veremos que o DNP considera ignorante aquele que não corresponde ao estereótipo do bom professor por ter o idioleto marcado com traços típicos de variantes linguísticas não padrão, que denunciam sua origem social baixa.

Quando, porém, se diz que o professor é um “cultor da ignorância” o que nele se reprova é sua percepção de que as diferenças culturais e linguísticas não têm valor intrínseco. Sua compreensão de que o que leva alguém a avaliar a norma-padrão como “melhor”, mais “cultura” ou mais “bonita” que qualquer outra variedade da língua é o preconceito de classe. Sua consciência de que a “superioridade” que se atribui à norma-padrão resulta de uma supervalorização no mercado das trocas linguísticas (BOURDIEU, 1998): por ser característica dos usos linguísticos de classes privilegiadas, essa variedade se torna uma “distinção” reconhecida e almejada pelas camadas médias, aquelas que procuram obter, através da escolarização, alguma perspectiva de ascensão social.

O professor de português, “cultor da ignorância”, exerce sua militância – política, mas também pedagógica – por meio da valorização de dialetos, socioletos e manifestações culturais da língua dos “de baixo”. Atua, assim, não só para ampliar e diversificar os conhecimentos e usos linguísticos que circulam na escola, mas também para a minar o poder que se atribui à língua legítima, nesta nossa estrutura social: um poder de distinguir alguns, excluindo a maioria.

Por que “nosso jornalismo” se morde tanto com isso?

## Referências

- BOURDIEU, P. A produção e a reprodução da Língua Legítima. In: *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 1998.
- CHARAUDEAU, P. *O discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola, 2008.
- MARCONDES, I. L. *Consultórios gramaticais: um estudo de preconceito e intolerância linguísticos*. Dissertação (mestrado) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- PECHÊUX, M. *Semântica e discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 2010. (*Verités de La Palice*)
- RAMOS, H. C. Escrever é diferente de falar. In: (vv.aa.) *Por uma vida melhor*. São Paulo: Global, 2011. Vol. 2, Unid. 1, Cap. 1, p. 09-27.
- SEABRA, A. *Assassinos, preguiçosos, trogloditas: imagens do professor de Língua Portuguesa na imprensa paulistana*. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- SOARES, M. *Linguagem e escola. Uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 2006.
- STUBBS, M. A língua na educação. In: BAGNO, M.; STUBBS, M.; GAGNÉ, G. *Língua materna – letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola, 2002.

Recebido para publicação em 11-12-17; aceito em 18-02-18